

**COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PL 37/2021 REFERENTE AO
VETO DO PROJETO DE LEI Nº 06/2021**

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE
BOM DESPACHO.**

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas e trinta minutos, pela plataforma de aplicativo Jitsi Meet, realizou-se a Reunião da Comissão Especial para deliberação e análise de **PL 37/2021** – referente ao veto ao projeto de lei nº **06/2021**, à qual estavam presentes os vereadores: Marquinhos e Vinícius Pedro, sendo que a vereadora Sildete Ass. Social, entrou em contato com o vereador Marquinho e alegou problemas com a sua conexão de internet, ficando impossibilitada de participar da reunião online, todavia, manifestou que seu voto acompanharia ao do presidente da comissão. No horário mencionado, deu-se início a presente reunião, onde o presidente da Comissão Especial (Vereador Marquinhos), cumprindo o protocolo do Regimento Interno, por ser o mais velho, abriu a reunião e concedeu a palavra ao assessor jurídico Rodrigo S. Pereira sobre as razões que motivaram o veto do Prefeito ao Projeto de Lei, ocasião em que o servidor informou que os motivos que ensejaram o veto estão relacionado a 03(três) aspectos, sendo eles: *i)* vício de iniciativa, por ser matéria que envolve a organização da Administração Pública, *ii)* viola o art. 15 do cc/02, onde descreve que ninguém poderá se submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, *iii)* fere a Lei Federal nº 13.709/18 - LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, pois, deixaria exposto os dados das crianças. Após indicar as fundamentações que ensejaram o veto do prefeito, o servidor informou que o parecer jurídico da Câmara não encontrou justificativa que sustentasse as alegações trazidas pelo prefeito, uma vez que não existe vício de iniciativa no projeto, pois a matéria é concorrente e não privativa do Executivo, também ressaltou que não existe imposição de tratamento médico ou cirúrgico a ser submetido as crianças, logo, não há violação do Código Civil, além disso, informou que não existe violação à Lei Federal nº 13.709/18 - LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, uma vez que, a própria legislação mencionada autoriza a troca de informações e dados entre órgãos públicos para cumprimento de metas e programas federais, estaduais e municipais. Devolvida. Devolvida a palavra a presidente da Comissão, esta proferiu o voto pela **MANUTENÇÃO** do veto, o vereador Vinícius Pedro manifestou favorável a **DERRUBADA** do veto do Chefe do Executivo, uma vez que as razões que justificaram o veto são frágeis, a vereadora Sildete Assistente Social, apesar de não estar presente, disse que acompanharia o voto

do presidente da Comissão Especial, assim, por 02(dois) votos a 01(um), a Comissão por maioria manifestaram pela manutenção do veto do Executivo ao projeto de Lei nº06/2021. Por fim, o presidente da Comissão determinou o envio do projeto ao Plenário para conhecimento da matéria e sua deliberação, que será acompanhado do parecer desta Comissão Especial. Nada mais havendo a tratar, declarou-se encerrada a reunião, eu, Rodrigo S. Pereira, Assessor Jurídico Parlamentar, lavrei a presente ata que após a leitura deverá ser aprovada pelos presentes através da competente assinatura.

Sala das Comissões(virtual), 22 de abril de 2021.

Vinícius Pedro
Vereador

Sildete Ass. Social
Vereadora

Marquinhos
Vereador Presidente



Rodrigo da Silva Pereira
ANALISTA PARL. - AREA JURIDICA
OAB/MG 119.120



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PL 37/2021 SOBRE O VETO DO PROJETO DE LEI Nº 06/2021

Comissão Especial

O presente projeto dispõe sobre as razões que justificaram o veto integral ao projeto de lei nº 06/2021 pelo Executivo, os motivos determinados do veto foram embasados em 03(três) aspectos, sendo eles: *i*) vício de iniciativa, por ser matéria que envolve a organização da Administração Pública, *ii*) viola o art. 15 do cc/02, onde descreve que ninguém poderá se submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, *iii*) fere a Lei Federal nº 13.709/18 - LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, pois, deixaria exposto os dados das crianças.

Apesar da fundamentação apresentada pelo chefe do Executivo, por maioria de votos (2 x1) a Comissão Especial entente que o veto deve ser mantido, conquanto, o vereador Vinícius Pedro(voto vencido) reafirmou a necessidade de constar neste relatório suas explicações durante a reunião da Comissão Especial, onde destacou que segundo a Constituição Federal c/c Lei Orgânica do Município, a matéria discutida no PL nº 06/2021 não é prerrogativa privativa do Poder Executivo, pelo contrário, trata-se de matéria concorrente e que a derrubada do veto em Plenário é medida que se impõe.

Ademais, aproveitou para ponderar que o Projeto de Lei 06/2021 não impõe as crianças que utilizam as escolas e creches municipais sejam obrigadas a serem submetidas a tratamento médico ou cirúrgico, logo, não há que se falar em violação do Código Civil.

Acrescentou que não existe violação à Lei Federal nº 13.709/18 - LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, uma vez que, a própria legislação de regência autoriza a troca de informações e dados entre órgãos públicos para cumprimento de metas e programas federais, estaduais e municipais, motivo pelo qual sustenta seu voto pela derrubada do veto em plenário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Assim, a Comissão Especial constituída para este fim, por maioria e votos opinam pela manutenção do veto em Plenário quanto ao Projeto de Lei nº 06/2021, uma vez que a justificativa apresentada pelo Chefe do Executivo é suficiente para manutenção do veto.

Bom Despacho, 23 de abril de 2021.

Vinícius Pedro
Vereador

Sildete Ass. Social
Vereadora

Marquinhos
Vereador Presidente